



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Questões que Norteiam a Geografia



Atena
Editora
Ano 2019

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Questões que Norteiam a Geografia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

| Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG) | |
|---|---|
| Q5 | Questões que norteiam a geografia [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-653-9 DOI 10.22533/at.ed.539192709 1. Geografia – Pesquisa – Brasil. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. CDD 918.1 |
| Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422 | |

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea intitulada – “Questões que Norteiam a Geografia”, cujo título apresenta inúmeras possibilidades, e, sobretudo, provocações ao construirmos e desconstruirmos uma Geografia para o século XXI. Trata-se de uma leitura teórica e empírica oriunda de diferentes pesquisadores que dialogam com a arte de “sulear-se”, ou seja, constroem suas análises respaldadas em diferentes matrizes epistêmicas, valorizando o conhecimento desenvolvido horizontalmente e socialmente em diferentes instituições de ensino, pesquisa e extensão do Brasil.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir de diferentes enfoques temáticos, ou seja, reconhecendo as diferentes subáreas da Geografia, a saber: Geografia Agrária, Geografia Econômica, Geografia Urbana, Geografia Física, Planejamento Ambiental, Geotecnologias e Ensino de Geografia.

O Capítulo 1 - “A participação do Brasil na divisão internacional do trabalho e a reprimarização da pauta exportadora no período pós-2000” da pesquisadora Denise Leonardo Custodio Machado de Oliveira vinculada à Universidade Federal de Uberlândia, apresenta uma fecunda análise sobre a participação do Brasil na divisão internacional do trabalho, com ênfase ao período pós-2000, no qual se verifica um crescimento nas exportações de produtos primários, tais como os de origem agropecuária e agroindustrial. Trata-se de um ensaio sobre os reflexos na divisão territorial do trabalho.

O Capítulo 2 - “Ocupação, produção e transformações camponesas no território da Canastra” do pesquisador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira da Universidade Estadual de Montes Claros, apresenta um breve resgate histórico da formação do Parque Nacional da Serra da Canastra no sudoeste do estado de Minas Gerais a partir das implicações e disputas territoriais para os camponeses.

Já no Capítulo 3 – “Tendências atuais da agricultura familiar no município de Santa Maria-RS”, dos pesquisadores Janete Webler Cancelier e Daiane Loreto de Vargas da Universidade Federal de Santa Maria, tecem um panorama da agricultura familiar no município de Santa Maria enfatizando as atividades que possibilitam a reprodução e a permanência dessas famílias no campo, concebendo esse processo como heterogêneo e diversificado.

No Capítulo 4 de autoria da pesquisa Cleusi Teresinha Bobato Stadler da Universidade Estadual de Ponta Grossa intitula-se: “Agrobiodiversidade - “sementes crioulas” - saberes e práticas em comunidades tradicionais do Paraná”, é apresentado uma importante discussão envolvendo a produção do conhecimento científico na Geografia a partir da decolonialidade. Dessa maneira, a autora apresenta algumas

práticas e territorialidades dos Faxinalenses, Quilombolas e Caiçaras materializadas na agrobiodiversidade das sementes crioulas.

Já no Capítulo 5 – “Invisibilidade e resistência das comunidades quilombolas em Corumbá- MS: estudo de caso na sub-região Paraguai do Pantanal” do pesquisador João Batista Alves de Souza do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, aborda-se uma leitura sobre a invisibilidade e resistência das Comunidades Quilombolas na Sub-Região Paraguai do Pantanal, enfatizando as relações de poder e produção territorial juntamente com relação sociedade e natureza nesses territórios.

Por fim, os capítulos 6 e 7 encerram os debates e envolve as análises oriundas da Geografia Agrária e Econômica, com os textos: “Agricultura irrigada e recursos hídricos: espacialização de pivô central no município de Paraúna, Goiás, Brasil”, de autoria dos pesquisadores Íria Oliveira Franco, Cleonice Batista Regis Soares e Frederico Augusto Guimarães Guilherme da Universidade Federal de Goiás; e “As determinações e impactos da cana-de-açúcar no interior paulista: um breve estudo das microrregiões de Araraquara e São Carlos”, dos pesquisadores Bruna Martins da Paixão e Renan Yamasaki Veiga Barros vinculados à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, que tratam respectivamente do sistema de irrigação com pivô central e a produtividade de culturas agrícolas no município de Paraúna-Goiás, cujos impactos e conflitos pelo uso da água seguem vigentes; e análise das determinações territoriais estabelecidas nas microrregiões de Araraquara e São Carlos no âmbito do desenvolvimento da agricultura no interior paulista, sobretudo, através da produção da cana-de-açúcar na composição hegemônica da produção de monocultivos e homogeneização das paisagens.

No Capítulo 8 - “A reconfiguração territorial e as políticas públicas do estado: o caso da cidade de Ouanaminthe (Haiti)” do pesquisador Guerby Sainté da Universidade Estadual de Campinas, o mesmo elabora uma análise sobre a reconfiguração territorial e as políticas públicas do Estado no caso da cidade de Ouanaminthe – Haiti em diálogo com os dilemas da gestão e na organização sociopolítica do Estado.

No Capítulo 9 - “Reestruturações urbanas e seus reflexos em cidades intermediárias nordestinas: metamorfoses e permanências socioespaciais” de autoria dos pesquisadores João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão, Bruna Garcia dos Santos, Matheus Teófilo Gomes e Lucas José Elias Bezerra dos Santos do Instituto Federal de Pernambuco, Universidade Federal da Paraíba e Instituto Federal da Paraíba, nota-se uma contribuição sobre os processos de reestruturação urbana no âmbito das cidades intermediárias à luz dos estudos sobre reestruturação urbana no Brasil.

Enquanto o Capítulo 10 - “A mobilidade urbana em questão: um olhar geográfico sobre Uruaçu-GO-2014” dos pesquisadores Gabriel Freitas Andrade e John Carlos Alves Ribeiro do Instituto Federal de Goiás, encerram as leituras sobre o quadro urbano enfatizando a mobilidade urbana a partir dos eventos esportivos realizados no

país e sua relação teórico-empírica com o município de Uruaçu em Goiás.

No capítulo 11- “Apropriação dos recursos naturais e reflexo na paisagem: o caso da microbacia do córrego água quente em rio quente-GO” dos pesquisadores Joel Cândido dos Reis e Rildo Aparecido Costa da Universidade Federal de Goiás, nota-se uma importante interpretação sobre as águas termais e apropriação dos recursos naturais pelo capital financeiro, tendo o turismo como um agente desse processo.

Já no Capítulo 12, os autores José Batista Siqueira, Fabrício Passos Fortes e Sanmy Silveira Lima vinculados à Universidade Federal de Sergipe, GEOFortes e Universidade Federal de Pernambuco apresentam a seguinte contribuição: “Geotecnologia aplicada à identificação de aspectos geológicos e espeleológicos do município de Simão Dias, Sergipe/Brasil”, que discute os aspectos geológicos e espeleológicos da porção Sergipana do domínio Vaza Barris, localizada no município de Simão Dias obtidos através de técnicas de geotecnologias, revisão de literatura, processamento de imagens, e trabalhos de campo.

No capítulo 13 – “Análise preliminar de estudos relacionados à região do Jalapão – TO/PI/BA/MA”, dos pesquisadores Joeslan Rocha Lima e Claudiomar da Cruz Martins da Universidade Federal do Tocantins, apresentam uma fecunda reflexão sobre a preservação ambiental a partir do mosaico de unidades de conservação na região do Jalapão.

Nos dois últimos capítulos da Coletânea, o debate sobre o Ensino da Geografia é enfatizado em contribuições atualíssimas. O Capítulo 14 intitulado “Aproximações entre a Geografia Escolar e a Neurociência: o raciocínio geográfico na BNCC”, dos pesquisadores Juliano Pereira de Mello e Antônio Carlos Vitte da Universidade Estadual de Campinas faz um panorama da Base Nacional Comum Curricular relacionando-a ao ensino geográfico a partir dos conceitos de Pensamento Espacial, Raciocínio Geográfico e Conhecimento Geográfico. Nesse devir, os autores tecem alguns diálogos e contribuições sobre a Neurociência aplicada à educação, qualificando o trabalho pedagógico no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo, na construção do Currículo para a Educação Básica.

Por fim, o Capítulo 15 - “Formação de professores: o incentivo à prática docente através da musicalização da Geografia” dos pesquisadores Mônica Hellen Ribeiro Cardoso e Daniel Mallmann Vallerius da Universidade Federal do Pará, os autores debatem as contribuições de música e suas práticas na formação do Professor de Geografia a partir das atividades do Laboratório de Práticas de Ensino de Geografia UFPA (LabPrat), campus de Altamira- Pará. Trata-se, portanto, de uma prática refletiva para construção de dispositivos didáticos para os futuros professores de Geografia recriarem nas suas aulas na Educação Básica.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Montes Claros-MG
Agosto de 2019.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA NO PERÍODO PÓS-2000 | |
| Denise Leonardo Custodio Machado de Oliveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.5391927091 | |
| CAPÍTULO 2 | 12 |
| OCUPAÇÃO, PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÕES CAMPONESAS NO TERRITÓRIO DA CANASTRA | |
| Gustavo Henrique Cepolini Ferreira | |
| DOI 10.22533/at.ed.5391927092 | |
| CAPÍTULO 3 | 29 |
| TENDÊNCIAS ATUAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS | |
| Janete Webler Cancelier Daiane Loreto de Vargas | |
| DOI 10.22533/at.ed.5391927093 | |
| CAPÍTULO 4 | 44 |
| AGROBIODIVERSIDADE - “SEMENTES CRIOULAS” - SABERES E PRÁTICAS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DO PARANÁ | |
| Cleusi Teresinha Bobato Stadler | |
| DOI 10.22533/at.ed.5391927094 | |
| CAPÍTULO 5 | 55 |
| INVISIBILIDADE E RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM CORUMBÁ- MS: ESTUDO DE CASO NA SUB-REGIÃO PARAGUAI DO PANTANAL | |
| João Batista Alves de Souza | |
| DOI 10.22533/at.ed.5391927095 | |
| CAPÍTULO 6 | 69 |
| AGRICULTURA IRRIGADA E RECURSOS HÍDRICOS: ESPACIALIZAÇÃO DE PIVÔ CENTRAL NO MUNICÍPIO DE PARAÚNA, GOIÁS, BRASIL | |
| Íria Oliveira Franco Cleonice Batista Regis Soares Frederico Augusto Guimarães Guilherme | |
| DOI 10.22533/at.ed.5391927096 | |
| CAPÍTULO 7 | 83 |
| AS DETERMINAÇÕES E IMPACTOS DA CANA-DE-AÇÚCAR NO INTERIOR PAULISTA: UM BREVE ESTUDO DAS MICRORREGIÕES DE ARARAQUARA E SÃO CARLOS | |
| Bruna Martins da Paixão Renan Yamasaki Veiga Barros | |
| DOI 10.22533/at.ed.5391927097 | |
| CAPÍTULO 8 | 94 |
| A RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO: O CASO DA CIDADE DE OUANAMINTHE (HAITI) | |
| Guerby Sainté | |
| DOI 10.22533/at.ed.5391927098 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 9 | 106 |
| REESTRUTURAÇÕES URBANAS E SEUS REFLEXOS EM CIDADES INTERMEDIÁRIAS NORDESTINAS: METAMORFOSES E PERMANÊNCIAS SOCIOESPACIAIS | |
| João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão | |
| Bruna Garcia dos Santos | |
| Matheus Teófilo Gomes | |
| Lucas José Elias Bezerra dos Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.5391927099 | |
| CAPÍTULO 10 | 126 |
| A MOBILIDADE URBANA EM QUESTÃO: UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE URUAÇU-GO-2014 | |
| Gabriel Freitas Andrade | |
| John Carlos Alves Ribeiro | |
| DOI 10.22533/at.ed.53919270910 | |
| CAPÍTULO 11 | 140 |
| A PROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E REFLEXO NA PAISAGEM: O CASO DA MICROBACIA DO CÓRREGO AGUA QUENTE EM RIO QUENTE-GO | |
| Joel Cândido dos Reis | |
| Rildo Aparecido Costa | |
| DOI 10.22533/at.ed.53919270911 | |
| CAPÍTULO 12 | 151 |
| GEOTECNOLOGIA APLICADA À IDENTIFICAÇÃO DE ASPECTOS GEOLÓGICOS E ESPELEOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS, SERGIPE/BRASIL | |
| José Batista Siqueira | |
| Fabrício Passos Fortes | |
| Sanmy Silveira Lima | |
| DOI 10.22533/at.ed.53919270912 | |
| CAPÍTULO 13 | 163 |
| ANÁLISE PRELIMINAR DE ESTUDOS RELACIONADOS À REGIÃO DO JALAPÃO – TO/PI/BA/MA | |
| Joeslan Rocha Lima | |
| Claudiomar da Cruz Martins | |
| DOI 10.22533/at.ed.53919270913 | |
| CAPÍTULO 14 | 174 |
| APROXIMAÇÕES ENTRE A GEOGRAFIA ESCOLAR E A NEUROCIÊNCIA: O RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO NA BNCC | |
| Juliano Pereira de Mello | |
| Antônio Carlos Vitte | |
| DOI 10.22533/at.ed.53919270914 | |
| CAPÍTULO 15 | 186 |
| FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O INCENTIVO À PRÁTICA DOCENTE ATRAVÉS DA MUSICALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA | |
| Mônica Hellen Ribeiro Cardoso | |
| Daniel Mallmann Vallerius | |
| Francisco Fernandes Ladeira | |
| DOI 10.22533/at.ed.53919270915 | |
| SOBRE O ORGANIZADOR | 194 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 195 |

INVISIBILIDADE E RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM CORUMBÁ- MS: ESTUDO DE CASO NA SUB-REGIÃO PARAGUAI DO PANTANAL

João Batista Alves de Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS
Ponta Porã - MS

RESUMO: O presente trabalho surge na expectativa de analisar a invisibilidade e resistência das Comunidades Quilombolas na Sub-Região Paraguai do Pantanal. Através dessa análise buscaremos compreender o processo de produção espacial das comunidades quilombola remanescentes, como são estabelecidas as relações de poder e produção territorial juntamente com relação sociedade e natureza nas CRQ's, bem como a produção de alternativas econômicas, nesses territórios. Para que possamos ter a compreensão da realidade vivenciada pelas CRQ's optamos em fazer as seguintes intervenções, revisão bibliográfica, levantamento de dados junto à (FCP) Fundação Cultural Palmares, INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), IMNEGRA (Instituto da Mulher Negra do Pantanal), além da realização de entrevistas nas comunidades quilombolas do Pantanal, cuja finalidade será analisar a resistência e reconhecimento dos direitos quilombolas. A pesquisa está na fase inicial, nesse contexto pretendemos compreender a resistência das CRQ's suas relações com agronegócio no

Mato Grosso do Sul, que ao contrário das comunidades quilombolas existentes em outras regiões brasileiras, as CRQ's foram inseridas na invisibilidade frente à realidade do modo de produção capitalista. O desafio aqui proposto não será apenas analisar a resistência e invisibilidade das comunidades quilombolas no Pantanal, mas compreender a origem histórica dessas comunidades, compreender os significados políticos, econômicos, sociais e culturais da invisibilidade das comunidades quilombolas no Mato Grosso do Sul, sobretudo suas formas e "sinais" de resistência, tendo como cenário central a produção de alternativas de sobrevivência pelos agentes sociais envolvidos, caracterizando a produção da natureza como alternativa ao modelo do capital hegemônico.

PALAVRAS-CHAVE: Resistências – Quilombolas – Remanescentes- Comunidades

**INVISIBILITY AND RESISTANCE OF
KILOMBOLAS COMMUNITIES IN CORUMBÁ-
MS: CASE STUDY IN THE PARAGUAY SUB-
REGION OF PANTANAL**

ABSTRACT: The present work is expected to analyze the invisibility and resistance of Quilombola Communities (which shall hereinafter be referred to as the "QRC's") in the Paraguay Sub-Region of the Pantanal. Through this analysis we will seek to understand the process of spatial production of the remaining

quilombola communities, established the relations of power and how the territorial production has a relation to society and nature in the QRC's, in addition the production of economic alternatives in these territories. In order to be able to understand the reality of the QRCs, we decided to make the following interventions: bibliographical review, data collection with the following organisation: FCP (Fundação Cultural Palmares), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), IMNEGRA (Instituto da Mulher Negra do Pantanal), as well as interviews in the quilombola communities of the Pantanal, whose purpose will be to analyze the resistance and recognition of quilombola rights. This research is in the initial phase, in this context, we intend to understand the resistance of QRC's relations with agribusiness in Mato Grosso do Sul. Unlike the quilombola communities existing in other Brazilian regions, the QRCs were inserted in the invisibility before the reality of the capitalist way of production. The challenge here proposed will not only be to analyze the resistance and invisibility of the quilombola communities in the Pantanal, but understanding the historical origin of these communities, as well as its political, economic, social and cultural meanings of the invisibility , especially their forms and “signs” of resistance which have the central scenario the production of alternatives for survival by the social agents involved, characterizing, in this way, the production of nature as an alternative to the model of hegemonic capital.

KEYWORDS: Resistance – Quilombola – Remaining – Communities

1 | INTRODUÇÃO

As comunidades Quilombolas, tem sido na última década objeto de pesquisas, mapeamentos e tema em debates acadêmicos; de acordo com Rattz (2010) o primeiro mapeamento de quilombos no país foi realizado por Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, divulgado em 2000, que identificou 843 localidades em todo o país.

O presente trabalho surge na expectativa de analisar a invisibilidade das comunidades quilombolas na Sub-Região Paraguai¹ do Pantanal, e o processo de resistência das Comunidades Remanescentes Quilombolas no município de Corumbá - MS, especificamente o contexto sociocultural e de produção de territórios alternativos. A proposta desta pesquisa é realizar uma análise da produção espacial das comunidades quilombolas, como são estabelecidas as relações de poder e produção territorial nas comunidades pesquisadas, bem como a produção de alternativas econômicas, como a pesca e a agricultura familiar nesses territórios.

Quando analisamos um território quilombola sabemos que por trás dessa caracterização legal, temos várias características culturais, ideológicas, valores e práticas dessas comunidades. Entre as várias versões do conceito território, Rogerio

¹ A sub-região do Paraguai, localiza-se no oeste do Pantanal e agrega área dos municípios de Poconé, Corumbá e Ladário Ver mais em ADÁMOLI, J. 1982. O Pantanal e suas relações fitogeográficas com os cerrados: discussão sobre o conceito de complexo do Pantanal.

Haesbaert (2002) aponta:

Por outro lado, também valorizando essa ligação “natural” com a terra, temos outra variante dessa interpretação naturalista do território, envolvendo o campo dos sentidos e da sensibilidade humana, que seriam particularmente moldados pela “natureza” ou pela “paisagem” ao seu redor. Esta visão sobrevaloriza e praticamente naturaliza uma ligação afetiva, emocional, do homem com seu espaço. Aqui, o território seria um imperativo, não tanto para a sobrevivência física dos indivíduos, mas, sobretudo para o “equilíbrio” e harmonia homem-natureza, onde cada grupo social estaria profundamente enraizado a um “lugar” ou a uma paisagem, com a qual particularmente se identifica (HAESBAERT, 2002, p. 118).

O autor enfatiza que o surgimento do conceito território se caracteriza em dois extremos, ou seja, por um lado temos um conceito de território denominado “naturalista” que envolve o sentido físico e material, como se o seres humanos tivessem raízes na terra. Já o conceito “natural” de território, traduz numa ligação afetiva, emocional, do homem com seu espaço.

É importante salientar que para Haesbaert (2002 p.121), o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugada e mutualmente reforçada, ora desconectada e contraditoriamente articulada.

Dessa forma esse território se constitui a partir de uma porção específica de terra acrescida da configuração sociológica, geográfica e histórica que os sujeitos da comunidade construíram ao longo do tempo, em sua vivência sobre a mesma. Todavia na sociedade contemporânea, os quilombos passaram representar não apenas a resistência dos remanescentes quilombolas, mas também a existência de seus costumes, tradições e ao mesmo tempo certa ameaça para o latifúndio em determinadas regiões brasileiras.

Partimos da concepção de que os territórios quilombolas estão inseridos na política recente do governo federal que reconhece esta comunidade, conforme o Artigo 2º do Decreto 4.887/2003 que traz:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. § 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto-definição da própria comunidade. § 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. § 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental (BRASIL, 2003).

Verifica-se que a caracterização das comunidades dos quilombos é atestada através da auto-definição da própria comunidade, e que para a demarcação dessas terras são levados em consideração critérios de territorialidade apontados pelos remanescentes das comunidades quilombolas. De acordo com Rafael Sânzio Araújo

dos Anjos (2006) na obra intitulada Quilombos – Geografia Africana, Cartografia, Étnica, Territórios Tradicionais, o conceito de comunidade quilombola pode ser compreendido como o processo de ocupação da terra e a busca pela sua autonomia política e econômica.

O conceito de comunidade quilombola, portanto, tem origem no campesinato negro, povos de matriz africana que conseguiram ocupar uma terra e obter autonomia política e econômica. Ao quilombo contemporâneo está associada uma interpretação mais ampla, mas que perpetua a ideia de resistência do território étnico capaz de se organizar e reproduzir no espaço geográfico de condições adversas, ao longo do tempo, sua forma particular de viver. (ANJOS, 2006: p. 53)

O autor ressalta ainda que o quilombo contemporâneo possui uma interpretação mais abrangente, e ao mesmo tempo mantém a luta e resistência do território étnico, sendo capaz de ao longo dos anos reproduzirem no espaço geográfico. Nesse contexto as comunidades remanescentes quilombolas representam os quilombos contemporâneos, ou seja, essas comunidades se organizaram e resistiram ao longo de décadas em condições adversas, mantendo sua maneira peculiar de sobrevivência.

De acordo com Oliveira (2007 p.135) os quilombos são terras de liberdade e do trabalho de todos no seio do território capitalista colonial, ao longo da história esses territórios se configuraram como espaço de resistência, mas com o avanço do modo de produção capitalista essas comunidades são obrigadas a reproduzir o modelo dominante. Diante da sociedade capitalista e os interesses agroindustriais as comunidades quilombolas passam a exercer certa invisibilidade, Leite (2010) nos explica que:

A invisibilidade dos grupos rurais negros no Brasil é a expressão máxima da ordem jurídica hegemônica e também expõe uma forma de violência simbólica. Sua característica principal é a criminalização daqueles que lutam para permanecer em suas terras. Como bem demonstrou Foucault (1999), a violência não é uma invariante ou um objeto natural, mas uma espécie de significante sempre aberto para receber significados. Daí por que, para falar em violências é preciso, antes de tudo, contextualizar produzir referências, descrever percursos e experiências que foram guardadas na memória dos grupos, expor fatos que não se encontram nos documentos escritos, no mundo dos papéis, em cartórios ou biblioteca (LEITE, 2010, p.18).

Desta forma, podemos perceber que esta invisibilidade no Mato Grosso do Sul, se apresenta na forma de violência simbólica na disputa pela terra, onde estão envolvidos grandes latifundiários e pequenas comunidades quilombolas, geralmente esses conflitos não estão na pauta do governo local, nas notícias vinculadas na imprensa e nas publicações acadêmicas.

2 | METODOLOGIA E MATERIAIS

Para elaboração deste trabalho realizou-se pesquisa bibliográfica em livros, teses, dissertações e artigos científicos que discutem a temática das comunidades quilombolas. Foram realizadas entrevistas com equipe de antropólogos do INCRA

(Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), com a presidente do IMNEGRA (Instituto da Mulher Negra do Pantanal) e entrevista com a responsável pela Coordenadoria de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial do município de Corumbá.

Durante o delineamento da pesquisa foram realizadas entrevistas com três lideranças quilombolas que assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, e responderam questionários de identificação das comunidades contendo 10 questões abertas. Além de pesquisa documental, nas atas de criação das associações de cada comunidade, certificados de auto-definição expedido pela Fundação Palmares para as três comunidades pesquisadas.

Foi realizado o mapeamento das comunidades remanescentes quilombolas de Corumbá, através de visita técnica, captação de imagens, inserção dos dados no Google Maps², com autorização e consentimento das lideranças das comunidades pesquisadas.

Através do uso de um Sistema de Posicionamento Global (GPS) foram coletos pontos com as coordenadas geográficas em visita as comunidades Campos Correia, Maria Theodora e Família Ozório. Esses pontos foram extraídos do GPS e espacializados no programa ArcGIS³ 10.6. Utilizou-se as bases de mapeamento das unidades territoriais do Brasil e Mato Grosso do Sul elaborados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A base hidrográfica utilizada foi da ANA (Agência Nacional de Águas) para representação do rio Paraguai no Bioma Pantanal.

Com o banco de dados atualizado, foram confeccionados mapas de localização dos quilombos periurbanos de Corumbá em parceria com o (LABGEO) Laboratório de Geoprocessamento da UFGD, que detém a licença de uso do software ArcGIS (ESRI, 2018).

3 | AS COMUNIDADES E TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO MATO GROSSO DO SUL

De acordo com dados do extinto MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) o estado do Mato Grosso do Sul possui atualmente 18 Comunidades Quilombolas situadas em 12 municípios, conforme tabela I, dessas comunidades apenas 5 são reconhecidas como Territórios Quilombolas segundo dados da SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República), são elas: Chácara do Buriti (Campo Grande), Dezidério Felipe de Oliveira (Dourados/ Itaporã), Família

² Trata-se de um serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite da Terra gratuito na web fornecido e desenvolvido pela empresa estadunidense Google.

³ É um Sistema de Informação Geográfica que permite utilizar, criar e compartilhar mapas, camadas, analíticos e dados.

Cardoso (Nioaque), Furnas do Dionísio (Jaraguari), Colônia de São Miguel (Maracaju), e Furnas da Boa Sorte (Corguinho). O que difere as comunidades quilombolas dos territórios quilombolas é o andamento do processo, ou seja, a Fundação Cultural Palmares (FCP) possui cadastro geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos, instituído através da Portaria nº 98, as comunidades que se auto reconhecem como quilombolas recebem uma certidão de autodefinição da Fundação Palmares.

Diante do exposto apresentaremos os municípios que possuem comunidades quilombolas no estado de Mato Grosso do Sul.

| Comunidades | Municípios |
|--|--------------------------|
| Furnas da Boa Sorte | Corguinho |
| Furnas do Dionísio | Jaraguari |
| Chácara do Buriti | Campo Grande |
| São Miguel | Maracaju |
| Tia Eva | Campo Grande |
| Família Bispo | Sonora |
| Família Jarcém | Rio Brilhante - Maracaju |
| Dezidério Felipe de Oliveira/Picadinha | Dourados |
| Família Araújo e Ribeiro | Nioaque |
| Família Cardoso | Nioaque |
| Família Quintino | Pedro Gomes |
| Família Ozório | Corumbá |
| Furnas dos Baianos | Aquidauana |
| Família M^a Theodora Gonçalves de Paula | Corumbá |
| Família Romano Martins da Conceição | Nioaque |
| Águas do Miranda | Bonito |
| Família Campos Correia | Corumbá |
| Família Bulhões | Nioaque |

Tabela I – Comunidades Remanescentes Quilombolas no Mato Grosso do Sul.

Fonte: INCRA, 2014. Org. SOUZA. J.B.A

Nas comunidades quilombolas identificadas, destacamos a formação de três comunidades que estão localizadas na Sub-Região Paraguai do Pantanal, no município de Corumbá, essas comunidades ainda não são reconhecidas como territórios quilombolas.

Para ser reconhecido como território quilombola e dar início ao processo de titulação do território, o primeiro passo da comunidade é realizar um pedido de abertura

de processo no INCRA. De acordo com a Instrução Normativa nº 57 do INCRA, para que a titulação dos territórios quilombolas seja realizada é necessária concluir as seguintes etapas: Elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID; Avaliação do Comitê Regional do INCRA, Publicação do RTID e notificação a interessados; Fase das contestações ao RTID; Portaria de reconhecimento do território quilombola; Fase de desapropriação; Titulação do território que é o registro do território em nome da associação.

4 | RESULTADOS DA PESQUISA

As três comunidades quilombolas pesquisadas estão localizadas na Sub-Região Paraguai, a título de esclarecimento, apesar do Pantanal abranger o território paraguaio, a Sub-Região Paraguai do Pantanal esta localizada no oeste do Pantanal e agrega área dos municípios de Poconé, Corumbá e Ladário, a classificação leva em consideração critérios geomorfológico, hidrológico e fluviomorfológico e a presença do Rio Paraguai nessa sub-região, conforme figura 2.

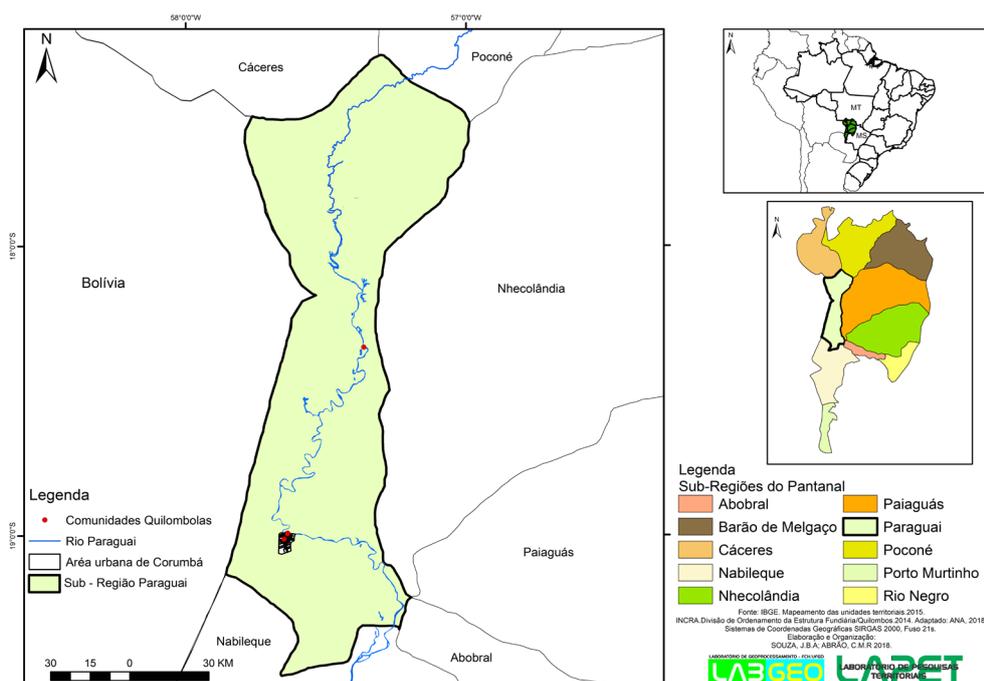


Figura 2. Divisão das sub-regiões do Pantanal.

Ao analisarmos a divisão do Pantanal, deparamos com seis mapeamentos, que estabelecem diferentes propostas de subdivisão da maior planície alagável do planeta, sendo que a primeira divisão foi realizada em 1979 pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), através do estudo de desenvolvimento integrado da bacia do Alto Paraguai e publicado no relatório descrição física e recursos naturais, que dividiu a região em 15 sub-regiões e adotou critérios geomorfológico, hidrológico e fluviomorfológico. Em 1982 o Projeto RADAMBRASIL, que realizou a

divisão de 13 sub-regiões pantaneiras, Franco & Pinheiro (1982), Alvarenga adotaram critérios geomorfológicos e fatores morfogenéticos nessa divisão. No mesmo ano, Jorge Adámoli no trabalho que discutiu o conceito de complexo do Pantanal, realizou a divisão de 10 sub-regiões utilizando critérios fitogeográfico e hidrológico.

No município de Corumbá ao contrário das comunidades quilombolas existentes em outras regiões do Mato Grosso do Sul, as CRQ's foram inseridas na invisibilidade frente à realidade do modo de produção capitalista. Esta questão é evidente nos conflitos agrários existentes nas últimas décadas no estado, envolvendo em sua maioria a população indígena local e os latifundiários capitalistas.

Em relação ao processo de territorialização dessas terras Alfredo Wagner Berno de Almeida (2010) ressalta que:

Os problemas de implementação daquelas disposições constitucionais revelam, em decorrência, obstáculos concretos de difícil superação principalmente na homologação de terras indígenas e na titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos. Conforme já foi sublinhado as terras indígenas são definidas como bens da União e destinam-se à posse permanente dos índios, evidenciando uma situação de tutela e distinguindo-se, portanto, das terras das comunidades remanescentes de quilombos, que são reconhecidas na Constituição de 1988 como de propriedade definitiva dos quilombolas (ALMEIDA, 2010, p.141).

O autor apresenta elementos que caracterizam o emaranhado de dificuldades enfrentadas pelas CRQ, essas dificuldades de efetivação dos dispositivos legais indicam, entretanto, que há tensões relativas ao seu reconhecimento jurídico-formal, sobretudo porque rompem com a invisibilidade social, que historicamente caracterizou estas formas de apropriação dos recursos baseadas principalmente no uso comum e em fatores culturais intrínsecos, e impelem a transformações na estrutura agrária.

As comunidades quilombolas existentes no município de Corumbá, ao longo de sua formação e processo de resistência ocuparam a região pantaneira, com origens na capital mato-grossense migraram na primeira metade do século XX para fazendas e áreas periurbana de Corumbá. Atualmente duas dessas comunidades estão localizadas nas margens do Rio Paraguai, também conhecida como parte baixa da cidade, entre uma área militar e a Olaria Borowski especializada na fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, enquanto a outra comunidade esta localizada na parte alta da cidade, no Bairro Nossa Senhora de Fátima. Durante a pesquisa tivemos dificuldades de identificar a localização dessas comunidades, apesar dos levantamentos realizados pela Fundação Palmares, prefeitura municipal e INCRA, quando pedimos informações dos moradores para chegar até o local, a maioria não sabia da existência das comunidades quilombolas na cidade, isso evidencia a invisibilidade na qual essas populações foram submetidas.

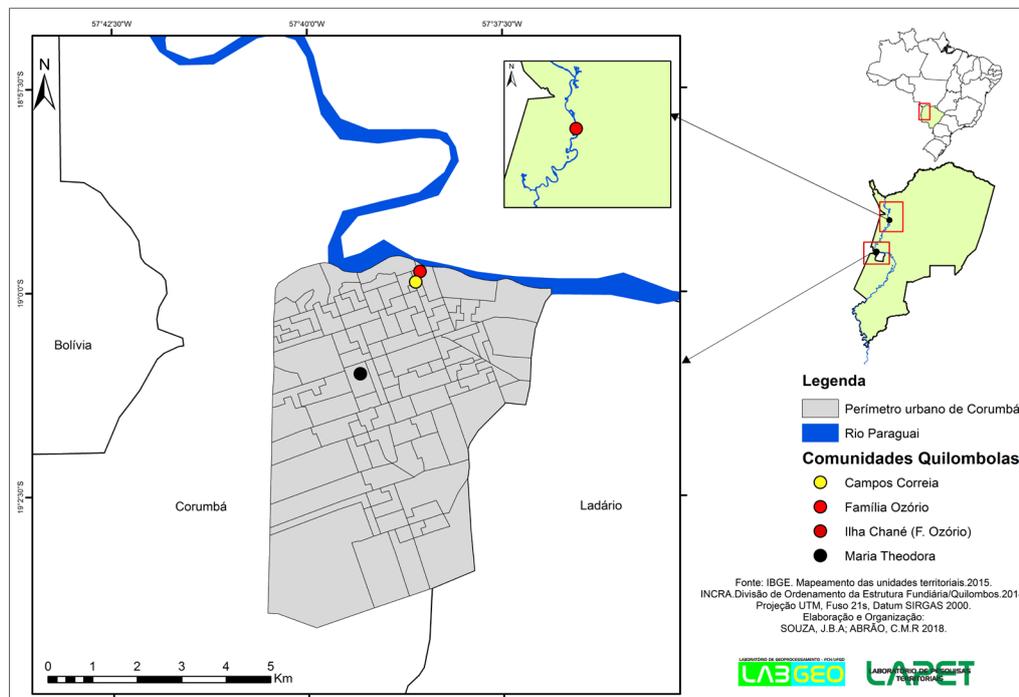


Figura 3. Localização das Comunidades Remanescentes Quilombolas em Corumbá.

De acordo a ata de criação da Associação Comunidade Quilombola Ribeirinha Campos Correia AQF2C e depoimentos da liderança da Comunidade Quilombola Campos Correia, apontam que a comunidade foi fundada por Ferminiana Campos nascida em Cuiabá – MT em 1945, a matriarca da família casou-se com Teodoro Correia em Poconé – MT em seguida mudaram-se para o município de Corumbá – MS, com os seus seis filhos. Teodoro Correia trabalhou por vários anos na fazenda Aliança de propriedade do Dr. Goveia exercendo a função de peão, após um longo período de cheias⁴ e alagamentos periódicos no Pantanal, sem condições de plantar e criar animais, no ano de 1975 à família foi obrigado a buscar um novo “lugar”. Nesse período a família se fixou em um local chamado “buracão” localizado as margens do Rio Paraguai. No início todos os membros da família dependiam exclusivamente da pesca e agricultura de subsistência cultivada as margens do Rio Paraguai para sobreviver, para complementar a renda familiar dona Ferminiana começou a trabalhar como doméstica, mas durante todo esse período a família sempre morou no mesmo lugar.

A região do buracão passou a se chamar Alameda Vulcano e Rua Oriental entre as encostas do Rio Paraguai, conforme figura 4. Desde 2013, a família Campos Correia passou a viver praticamente isolada, pois o vizinho construiu um muro isolando o acesso de parte da comunidade até a Rua Oriental, conforme a figura A, com o isolamento imposto as casas não recebem o serviço de coleta de lixo que era realizada uma vez por semana, além da ausência da coleta de lixo, as famílias não possuem

⁴ Ver ciclo das águas no Pantanal

água potável e energia elétrica. Uma alternativa encontrada foi a aquisição de canos e fios para uma ligação improvisada, que faz a ligação de outra casa na comunidade que tem acesso a luz e água encanada.



Figura 4. Comunidade Remanescente Quilombola Campos Correia localizada as margens do Rio Paraguai.

A comunidade que iniciou com oito integrantes na década de 1970, já se aproxima de quase 100 pessoas, vivendo em casas no antigo buracão e em outros bairros da cidade. Apesar das dificuldades enfrentadas nas últimas quatro décadas, a família Campos Correia sempre lutou pela sobrevivência, com a escassez do pescado no Rio Paraguai, os membros da família começaram atuar no trabalho informal, sendo que o presidente da comunidade que é barqueiro e pescador desde a adolescência, teve que tomar novos rumos, passou a trabalhar na Vetorial Siderurgia⁵, todos os dias ele percorre um trajeto de 50 Km até o local de trabalho, para garantir o sustento da família.

Já a Comunidade Quilombola Ribeirinha Família Ozório, foi fundada por Miguel Ozório⁶, neto de escravos e Ercília Rodrigues Ozório, o casal é natural estado de Minas Gerais, vieram para Corumbá em meados do século XX, onde trabalharam em fazendas do Pantanal. O casal teve 17 filhos e Miguél teve mais cinco filhos com a segunda esposa, totalizando 12 novas famílias que residem desde 1985 numa área de as margens do Rio Paraguai, a comunidade reivindica outra área distante 20 Km da cidade de Corumbá.

⁵ Em Corumbá, a unidade possui capacidade de produção de 370 mil toneladas de ferro gusa por ano e também possui unidade termoelétrica. Ver mais em: <http://vetorial.ind.br/pt/negocios/siderurgia>

⁶ O patriarca da família senhor Miguel Ozório, trabalhou grande período de sua vida em fazendas do Pantanal. Após a enchente do rio Paraguai na década de 1980 a família ocupou uma área no leito do Rio Paraguai.



Figura 5. Horta na Comunidade Remanescente Família Ozório

Na Comunidade Quilombola Família Ozório, as famílias dependem exclusivamente do trabalho informal, pesca e agricultura familiar, conforme a Figura 5, apesar de seus antepassados terem fortes ligações com a relação de produção vinculada ao latifúndio, suas relações de trabalho representam um contraponto e ao mesmo tempo um processo de resistência ao capital hegemônico.

A produção de hortaliças na comunidade reúne varias gerações da família Ozório, o maior entrave esta na venda dessa produção, de acordo com Jorge Ozório, responsável pela horta, é que eles não possuem acesso na feira de domingo para a comercialização dos seus produtos, a feira de Corumbá é dominada pelos comerciantes bolivianos, a alternativa encontrada foi à venda da produção para os feirantes bolivianos que comercializam a produção quilombola por um valor superior, mais uma vez a invisibilidade da comunidade se personifica na maior feira da cidade, ou seja, os consumidores não tem informação de que a maioria das hortaliças comercializadas nas feiras é produzida na comunidade quilombola.

Entre as três comunidades pesquisadas a comunidade Maria Theodora Gonçalves de Paula é a única que não é ribeirinha, ela esta localizada no Bairro Nossa Senhora de Fátima, na Rua Luís Feitosa Rodrigues, na parte alta de Corumbá, com uma distância de 600 metros da linha férrea e a 1 km de distância do Aeroporto Internacional de Corumbá, conforme figura 6.

A comunidade é formada por mais de 100 pessoas que residem em 20 casas construídas de madeira e alvenaria, concentradas na Rua Luís Feitosa Rodrigues, entre as ruas Monte Castelo e Duque de Caxias, no Bairro Nossa Senhora de Fátima. A principal resistência da comunidade Maria Theodora, esta na comunhão e religiosidade expressada no Terreiro de Umbanda e nas Tendas Nossa Senhora da e Nossa Senhora da Conceição, no seu processo de formação indenitária como comunidade quilombola. Na comunidade o núcleo familiar esta representado pela Associação da Comunidade

da Família Maria Theodora Gonçalves de Paula (ACTEO), sendo que a matriarca da família chegou a Corumbá em 1920 e fundou a Tenda Nossa Senhora da Guia ver Figura 6-B.



Figura 6: Comunidade Remanescente Maria Theodora – Tenda Nossa Senhora da Guia.

Diferente das comunidades quilombolas ribeirinhas, os integrantes dessa comunidade não exercem atividades ligadas à pesca, embarcação ou agricultura familiar, a maioria dos membros da comunidade realizam trabalhos informais, são diaristas ou atuam no setor privado, prestando serviços em hospitais, construção civil, mercados e lojas. Pelos menos quatro membros são funcionários públicos municipais e estaduais.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta pesquisa foi realizar uma análise das formas de resistência das comunidades quilombolas da sub-região Paraguai do Pantanal, como são estabelecidas as relações de poder e produção territorial além da produção de alternativas econômicas, como a pesca, agricultura familiar e outras formas de resistência nesses territórios.

Uma das formas de resistência dessas comunidades são as pescarias e trabalhos de barqueiros realizadas no Rio Paraguai, por um pequeno grupo de pescadores das comunidades Campos Correia e Família Ozório que entre os meses de fevereiro e novembro navegam o Rio Paraguai até a Ilha do Pescador e Ilha Chané, Território reivindicado pela família Ozorio, em busca do sustendo da família.

Temos uma convergência entre a invisibilidade e resistência que se completam na Comunidade Família Ozório, a produção da horta e demais alimentos da agricultura familiar produzidos na comunidade são evidências dessa resistência, no entanto a invisibilidade sobressai no momento da comercialização do excedente, sem espaço na feira local, os produtos são negociados por feirantes bolivianos e posteriormente vendidos sem identificar a sua origem quilombola.

Apesar de terem sido submetidas a um processo de invisibilidade diante das

outras gentes pantaneiras ao longo dos últimos anos, as comunidades pesquisadas têm apresentado sinais de resistência, seja nas manifestações culturais e religiosas de São João, Cosme e Damião, Nossa Senhora Aparecida e Tenda de Nossa Senhora da Guia, na pesca, agricultura familiar e principalmente no acesso a terra.

REFERÊNCIAS

ANA. **Base hidrográfica do Mato Grosso do Sul 1.1.000.000**. 2009.

AB'SABER, A.N. O Pantanal Mato-Grossense e a teoria dos refúgios. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Geografia**, 50, n. especial, t.2,. p.9-46. 1988.

ABDON, M.M. & SILVA, J.S.V. (2006) **Fisionomias da Vegetação nas Sub-regiões do Pantanal Brasileiro**. São José dos Campos: INPE e Embrapa Informática Agropecuária. CR-ROM.

ANJOS, Rafael Sânzio Araújo dos. Quilombos – **Geografia Africana, Cartografia, Étnica, Territórios Tradicionais**. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2009.

ADÂMOLI, J. 1982. O Pantanal e suas relações fitogeográficas com os cerrados: discussão sobre o conceito de complexo do Pantanal. In **Anais do 32º Congresso nacional da Sociedade Botânica do Brasil, Teresina, Universidade Federal do Piauí**, p.109-119.

ALVARENGA, S.M.; BRASIL, A.E.; PINHEIRO, R.; KUX, H.J.H. (1984) **Estudo geomorfológico aplicado à Bacia do Alto Paraguai e Pantanaís Mato-grossenses**. Boletim Técnico. Série Geomorfológica, 1 . Projeto RADAMBRASIL. Salvador. p. 89-183.

BRASIL. 1979. Estudo de desenvolvimento integrado da bacia do Alto Paraguai: Relatório da 1ª fase, descrição física e recursos naturais. **Ministério do Interior. SUDECO/EDIBAP**. Brasília-DF, Brasil. Pp. 235.

BRASIL. 1988. “**Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**: promulgada em 5 de outubro de 1988”. *Coletânea de Legislação Ambiental e Constituição Federal*. Organização: Odete Medauar. 7ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2008. Coleção RT MiniCódigos. 1117p.

BRASIL. 2003. Decreto Federal Nº 4.887 de 20/11/2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

ESRI. **Environmental Systems Research Institute**. ArcGis10.6 Copyright ESRI Inc.2018.

HAESBAERT, Rogério. Territórios Alternativos. São Paulo: Contexto, 2002.

IBGE. **Mapeamento das unidades territoriais**. 2015

LEITE, Ilka Boaventura. **Quilombos no Brasil. Questões Conceituais e Normativas**, NUER / UFSC, v. 7, p. 1-38, 2000.

LOCKS, C. J.; MIOTO, C. L.; PARANHOS FILHO, A. C. **Contribuição do Satélite CBERS-2, Sensor WFI, na delimitação das regiões do Pantanal brasileiro**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 15. (SBSR)., 2011, Curitiba. **Anais...** São José dos Campos: INPE, 2011. p. 3851-3858. DVD, Internet. ISBN 978-85-17-00056-0 (Internet), 978-85-17-00057-7 (DVD). IBI: <3ERPFQRTRW/3A39R8S>. Disponível em: <<http://urlib.net/3ERPFQRTRW/3A39R8S>>. Acesso em 10/12/2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

SANTOS, A.R. et al. **ArcGIS. 10.2.2 passo a passo: elaborando meu primeiro mapeamento - Volume 1**. Alegre - ES: CAUFES, 2014.

SOBRE O ORGANIZADOR:

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - “Cinema, comunicação e regionalização” no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia - UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Agroecologia, Alimentação e Saúde (2014), Gestão Ambiental (2015), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018), Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2 (2019), Geografia Agrária (2019), entre outras publicações. E-mail: gustavo.cepholini@unimontes.br

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura familiar 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 56, 65, 66, 67, 144

Agrobiodiversidade 44, 46, 49, 50, 51, 52, 53

Águas termais 140, 141, 145, 146, 149

Análise espacial 69

Araraquara 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91

B

Brasil 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 20, 21, 27, 28, 30, 31, 32, 41, 42, 43, 50, 53, 54, 57, 58, 59, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 80, 81, 82, 84, 92, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 119, 123, 124, 126, 131, 139, 140, 147, 150, 151, 161, 163, 164, 165, 166, 171, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 193, 194

C

Campesinato 12, 15, 58

Cana-de-açúcar 75, 83, 84, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 131

Capital financeiro 2, 4, 8, 11, 120, 140, 141, 147

Cerrado 14, 75, 80, 81, 140, 146, 163, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172

Cidades intermediárias 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123

Cidades locais 126

Commodities 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 73

Comunidades 27, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 129, 170, 171, 173

Comunidades tradicionais 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 170, 173

Currículo 174, 175, 178

D

Desenvolvimento 2, 4, 9, 10, 11, 14, 15, 29, 30, 32, 33, 37, 39, 41, 42, 43, 45, 59, 61, 67, 70, 71, 73, 74, 79, 83, 84, 85, 95, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 110, 111, 112, 119, 122, 124, 126, 129, 131, 141, 144, 151, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 171, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 182, 183, 187, 188, 191

Divisão territorial do trabalho 1, 2, 8, 10, 11, 109, 110

E

Ecologia 163, 172

Ensino de geografia 174, 175, 176, 178, 183, 186, 187, 192, 193, 194

Espaço 29, 30, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 58, 66, 74, 85, 89, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 111, 112, 113, 114, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 139, 141, 147, 150, 158, 159, 164, 172, 179, 180, 187, 188, 189, 193

Espaço rural 29, 30, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 44, 45, 49, 53

Espaço urbano 39, 98, 99, 100, 103, 111, 114, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 139

Exportações 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Externalidades negativas 126, 132, 133, 139

F

Formação de professores 186, 187

G

Geografia escolar 174, 186, 187, 188, 192

Geoprocessamento 59, 83, 151, 154, 155, 159, 161, 172

H

Homogeneização 83, 84, 85, 86, 90, 92, 93

I

Irrigação 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81

L

Lineamentos 151, 154, 155, 156, 157, 159

M

Meio natural 140

Mobilidade urbana 117, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 139

Modelado cárstico 151, 153, 154, 156, 158

Música 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193

N

Neurociência 174, 175, 176, 177, 178, 180, 183, 184, 185

P

Pivô central 69, 71, 74, 75, 76, 78, 79, 80

Pluriatividade 29, 38, 40, 41

Práticas culturais 44, 47

Preservação 53, 69, 144, 163, 166, 170, 171

Q

Quilombolas 14, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66

R

Raciocínio geográfico 174, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183

Recursos naturais 9, 31, 37, 49, 61, 67, 69, 72, 79, 80, 110, 141, 150, 164, 170, 171, 181

Reestruturações urbanas 106, 107, 108, 109, 111, 117, 119, 121

Remanescentes 39, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 67

Reprimarização 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 83, 86, 89

Resistências 27, 55

S

São Carlos 83, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 92

Serra da Canastra 12, 13, 14, 21, 22, 25, 27, 28, 194

T

Território 9, 12, 13, 14, 15, 22, 25, 28, 38, 41, 42, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60, 61, 66, 71, 85, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 104, 105, 121, 122, 124, 140, 164, 166, 171, 189, 194

U

Unidade de conservação 12

Uso da água 16, 69, 72, 73, 78, 79, 80

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-653-9

